

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, E. P. E.**Deliberação (extrato) n.º 612/2019**

Após homologação por deliberação de 18 de abril de 2019, do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., torna-se pública a lista de classificação final do candidato ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente graduado sénior de ortopedia da carreira especial

médica, aberto no aviso (extrato) n.º 43/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1 de 02 de janeiro de 2019:

1.º Dr. Manuel Joaquim Peres Filipe — 16,23 (dezasseis virgula vinte e três valores).

24 de abril de 2019. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. António Franklim Ribeiro Ramos*.

312250961

**PARTE H****ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO****Aviso n.º 8759/2019****Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos**

Mário de Almeida Loureiro, Presidente da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, em cumprimento do disposto do n.º 1 do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, torna público que se encontra em consulta pública o «Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos», podendo o processo ser consultado no sítio da Associação Municípios da Região do Planalto Beirão (www.planaltobeirao.pt) e nos locais de estilo dos Municípios Associados, devendo os interessados dirigir, por escrito, as sugestões a esta Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, pelo prazo de 30 dias, a contar da data de publicação do presente aviso.

14 de março de 2019. — O Presidente do Conselho Executivo, *Mário de Almeida Loureiro*.

312281709

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA**Aviso n.º 8760/2019**

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo meu Despacho, de 01 de abril de 2019, designo para o lugar de chefe de equipa multidisciplinar, de Administração e Apoio Técnico a técnica superior Rita Maria Leal da Graça Silva, pertencente à carreira de técnico superior do mapa de pessoal da Comunidade Intermunicipal da Beira, nos termos previstos da alínea b) do artigo 9.º do Regulamento interno da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Junto se anexa síntese curricular.

1 de abril de 2019. — O Secretário Executivo Intermunicipal, *Hélder Henriques*.

Síntese Curricular

Nome: Rita Maria Leal da Graça Silva.

Local e data de nascimento — Lisboa, 19 de dezembro de 1975.

Percurso académico

Bacharelato em Eng.ª Civil, Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Experiência profissional

Setembro de 1999 a julho de 2000 — Estágio Profissional na Câmara Municipal de Castelo Branco, abril 2001 a março de 2003 — Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Gabinete Técnico Local de Fajão, março de 2003 a julho de 2008, Câmara Municipal de Sintra na Divisão de Intervenção Local 1, Departamento de Ambiente e Intervenção Local, julho de 2008 até junho de 2010 — Câmara Municipal de Montijo na Divisão de Obras Municipais, Departamento de Obras e Meio Ambiente, desde junho de 2010 integra a Estrutura de Apoio Técnico da CIMBB, com funções de análise e acompanhamento de pedidos de apoio no âmbito do Centro 2020, fiscalização de empreitadas, execução

de processos concursais, júri efetivo dos procedimentos, elaboração do Plano de Pormenor de Fajão.

Formação em legislação referente a contratação pública, programas informáticos, jornadas de Engenharia Civil, de Eficiência energética, de Engenharia Natural, Contabilidade, entre outras.

312261994

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO**Aviso n.º 8761/2019**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por despacho do Presidente do Conselho Intermunicipal, datado de 14/08/2017, e na sequência do procedimento concursal publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 161, 22/08/2018, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior — Administração Pública, após negociação do posicionamento remuneratório nos termos do artigo 38.º da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a 07/05/2019, com o candidato classificado em primeiro lugar Miguel da Silva Mendes, na 2.ª posição remuneratória, nível 15, correspondente à remuneração base de 1.201,48 €, com efeitos a partir de 08 de maio de 2019 iniciando-se também nesta data o período experimental de 240 dias.

Para efeitos do estipulado no artigo 46.º da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20.06. e nos termos do referido despacho, o júri do período experimental é o mesmo do procedimento concursal.

8 de maio de 2019. — O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado, *Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*.

312283134

MUNICÍPIO DE ALCANENA**Aviso n.º 8762/2019****Programa Estratégico de Reabilitação Urbana das Operações de Reabilitação Urbana Sistemática de Louriceira, Malhou, Espinheiro e Minde**

Fernanda Maria Pereira Asseiceira, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena, torna público que a Assembleia Municipal de Alcanena, sob proposta da Câmara Municipal, na sua sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2019, deliberou por unanimidade, aprovar o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana das Operações de Reabilitação Urbana Sistemática de Louriceira, Malhou, Espinheiro e Minde, que enquadra as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática a desenvolver na Área de Reabilitação Urbana de Louriceira, na Área de Reabilitação Urbana de Malhou, na Área de Reabilitação Urbana de Espinheiro e na Área de Reabilitação Urbana de Minde, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

Mais torna público, que o referido Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, pode ser consultado na página eletrónica do Município de Alcanena, através do endereço <http://cm-alcanena.pt>.

Para constar se passa o presente Edital e outros de integral teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo e procede-se à sua publicação no *Diário da República*

7 de março de 2019. — A Presidente da Câmara, *Fernanda Maria Pereira Asseiceira*.

312123701

Edital n.º 645/2019

Período de consulta pública por 30 dias úteis do Projeto de Regulamento Municipal do Programa Reabilita e Habita

Fernanda Maria Pereira Asseiceira, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena, torna público, ao abrigo das disposições conjugadas e previstas nas alíneas b) e t) do n.º 1 do artigo 35.º e no artigo 56.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo que a Câmara Municipal de Alcanena, em reunião ordinária de 18 de Março de 2019, deliberou aprovar o “Projeto de Regulamento Municipal do Programa Reabilita e Habita” e dar início ao período de consulta pública de trinta dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no *Diário da República*. Durante o período de consulta pública, qualquer interessado poderá consultar aquele Projeto de Regulamento junto da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo desta autarquia e, se assim o entender, formular as reclamações, observações ou sugestões que entenda por convenientes, as quais devem ser apresentadas, por escrito, à Exma. Senhora Presidente de Câmara, entregue na Câmara, enviado pelo correio para a seguinte morada: Câmara Municipal de Alcanena, Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena ou por correio eletrónico: geral@cm-alcanena.pt, devendo os contributos ser apresentados da mesma forma, no prazo de 30 úteis contados da data da publicação do Edital no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Alcanena.

E, para que conste, mandei publicar este Edital no *Diário da República* e outros de igual teor, que serão publicitados na internet, no sítio institucional da Câmara Municipal de Alcanena e nos lugares de estilo.

29 de março de 2019. — A Presidente da Câmara, *Fernanda Maria Pereira Asseiceira*.

312187603

MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

Aviso n.º 8763/2019

Renovação de comissão de serviço

Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 29 de abril de 2019, procedi à renovação da comissão de serviço de José Domingos Teixeira Pires, por um período de três anos, para o Cargo de Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, de Cultura e Desporto, nos termos do previsto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, na sua atual redação, aplicável por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com efeitos a partir de 01 de maio de 2019.

2 de maio de 2019. — O Presidente da Câmara, *Oswaldo dos Santos Gonçalves*.

312268863

MUNICÍPIO DE ALJEZUR

Aviso n.º 8764/2019

Celebração de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado na Carreira e Categoria de Assistente Operacional — Auxiliar de Serviços Gerais — Ref.º M — Aviso de abertura publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 120, de 25 de junho de 2018.

Em cumprimento do disposto no n.º 1 alínea b) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e de acordo com competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo Despacho n.º 19 de 23 de abril de 2019, torno público que na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de sete postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional — Auxiliar de Serviços Gerais, aberto pelo aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*

n.º 120, de 25 de junho de 2018, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas, a 02 de maio de 2019, com as candidatas abaixo indicadas, as quais se encontram na posição remuneratória 4 — nível remuneratório 4, da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração mensal de 635,07€, pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, em conjugação com o Decreto-Lei n.º 29/2019, de 20 de fevereiro, que estabelece a atualização da base remuneratória da Administração Pública.

Ana Isabel Augusta de Oliveira;
Carla Sofia Santos Silva;
Cristina Maria Ferreira Silva;
Natália Maria Samarra Pereira.

Mais se torna público, para efeitos do disposto no artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que o júri para proceder à avaliação do período experimental das trabalhadoras, o qual tem a duração de 90 dias, conforme o preceituado no artigo 49.º da referida lei, seja constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Rita Isabel da Silva Fernandes, Técnica Superior do Município de Aljezur.

Vogais Efetivos: Lígia Maria Sapage Garcia, Técnica Superior do Município de Aljezur e Susana Isabel Pacheco Marreiros, Técnica Superior do Município de Aljezur;

Vogais Suplentes: Sofia Rodrigues Pereira, Técnico Superior e Sérgio Manuel Duarte Alves, Técnico Superior, ambos trabalhadores do Município de Aljezur

Publique-se na 2.ª série do *Diário da República*.

2 de maio de 2019. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria de Fátima Gomes Abreu Neto da Silva*.

312269519

MUNICÍPIO DE ANADIA

Aviso n.º 8765/2019

Aprovação da Operação de Reabilitação Urbana de Anadia

Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Anadia, torna público, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, que a Assembleia Municipal de Anadia, em sessão ordinária realizada em 29 de abril de 2019, deliberou por unanimidade aprovar o projeto final da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática de Anadia e o respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.

E, para que conste, mandei publicar este aviso nos locais habituais e na página da internet da Câmara Municipal (www.cm-anadia.pt).

6 de maio de 2019. — A Presidente de Câmara, *Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso*.

312271479

MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Aviso n.º 8766/2019

Conclusão do período experimental

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi concluído com sucesso o período experimental, referente aos contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, celebrados para a carreira/categoria de técnico superior, com as seguintes trabalhadoras:

Ana Filipa da Silva Pimenta Lopes, com efeitos a 10 de outubro de 2018; Carina Filipa Nunes Brito da Mana, com efeitos a 10 de outubro de 2018; Cristina Isabel Silva Simões, com efeitos a 10 de outubro de 2018; Sofia Maria Maurício Faria, com efeitos a 2 de novembro de 2018; Sofia Moreira Coelho, com efeitos a 20 de dezembro de 2018.

2 de maio de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos António Pinto Coutinho*.

312277149